



O Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG) e sua interface com o turismo, o patrimônio e a comunidade local¹

The Inconfidencia Museum in Ouro Preto (MG) and its interface with the tourism, the heritage and the local community

El Museu de la Inconfidencia en Ouro Preto (MG) y su interfaz con el turismo, el patrimonio y la comunidad local

Leandro Benedini Brusadin < leandro@turismo.ufop.br >

Pós-Doutorando pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH- USP). Professor Efetivo do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, MG, Brasil.

¹ Artigo fruto de Tese de Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca defendida em outubro de 2011.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebido 21-jun-2013

Aceite 17-out-2014

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BRUSADIN, L. B. O Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG) e sua interface com o turismo, o patrimônio e a comunidade local. **Caderno Virtual de turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n.3, p.298 - 315, dez. 2014.

REALIZAÇÃO

ivt Instituto
Virtual de
Turismo
www.ivt-rj.net

LTDS
Laboratório de Tecnologia e
Desenvolvimento Social

APOIO INSTITUCIONAL

PEP
Programa de Engenharia de Produção

COPPE
UFRJ

PATROCÍNIO

FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O presente artigo pretende indicar que, através do estudo do Museu da Inconfidência, localizado em Ouro Preto – Minas Gerais, pode-se analisar a interface da atividade turística e do patrimônio cultural perante a comunidade local. O Museu da Inconfidência realiza diversas atividades sócio-educativas com seu público relacionadas à participação da comunidade local. A metodologia desse estudo baseia-se em dados quali-quantitativos, coletados em pesquisa documental no arquivo histórico da própria instituição, os quais revelam os índices de visitação da comunidade local. Foi realizado, ainda, pesquisa de caráter observatório-participante no interior do Museu da Inconfidência a fim de interpretar a representação simbólica de sua exposição permanente e sua relação com a prática do turismo. Tais interpretações nos levam a afirmar que a forma descendente como tal patrimônio fora instituído em Ouro Preto pelos modernistas no Governo Vargas ainda se reflete no índice de visitantes dessa comunidade. A interação com a comunidade local e o turismo vem se fortalecendo devido ao uso de novas tecnologias interativas e a comercialização de produtos que relembram a visitação a esse patrimônio cultural.

Palavras-chave: Ouro Preto; Museu da Inconfidência; Patrimônio Cultural.

Abstract: This paper will indicate that, through the study of Inconfidencia Museum, located in Ouro Preto-Minas Gerais, one can examine the interface between tourism, cultural heritage and the local community. The Inconfidencia Museum went to perform different activities with yours audience related to the participation of the local community and tourist activity. The methodology of this study is based on quali-quantitative data were collected in documentary research in the historical archives of the institution itself revealing the contents of the visitation of the local community. Was carried out, still, research with a character of observatory-participant inside the Inconfidencia Museum in order to confer the symbolic representation of its permanent exhibition and its relation to the practice of tourism. Such interpretations lead us to say that the descendant as such outside established heritage in Ouro Preto by modernists in Vargas still reflect in community visitors. The interaction with the local community and the tourism comes to strengthen due to the use of new interactive technologies and the marketing of products which look back to visitation to this cultural heritage.

Keywords: Ouro Preto; Inconfidencia Museum; Cultural Heritage.

Resumen: Este artículo indica que, a través del estudio del Museo de la Inconfidencia, situado en Ouro Preto-Minas Gerais, uno puede examinar la relación entre turismo y patrimonio cultural en la comunidad local. El Museo de la Inconfidencia realizó diferentes actividades con su público relacionadas con la participación de la actividad local de la comunidad y turismo. La metodología de este estudio se basa en datos cuali-cuantitativos obtenidos en la investigación documental en los archivos históricos de la institución que revela el contenido de la visitación de la comunidad local. Se llevó a cabo, sin embargo, investigación de carácter observatorio-participante dentro del Museo de la Inconfidencia para conferir la representación simbólica de su exposición permanente y su relación con la práctica del turismo. Estas interpretaciones nos llevan a decir que el descendiente como tal fuera patrimonio establecido en Ouro Preto por modernistas en Vargas aún se reflejan en los visitantes de la comunidad. La interacción con la comunidad local y el turismo viene a reforzar el uso de nuevas tecnologías interactivas y la comercialización de productos que volven la mirada a la visita a este patrimonio cultural.

Palavras clave: Ouro Preto; Museu de la Inconfidencia; Patrimonio cultural.

Introdução

O turismo, a história e a museologia constituídos de um olhar interdisciplinar conferem o caráter científico desse artigo. A interdisciplinaridade é percebida por Ada Dencker (1998) como ferramenta de ajuste ou melhoria de distorções ocasionadas pela especialização e pela disciplinaridade fragmentada. A crítica direcionada à separação entre disciplinas é próxima a crítica da fragmentação do trabalho no sistema capitalista, no qual a produção intelectual e manual, teoria e prática não se misturam.

Torna-se evidente que, ao caracterizar a utilização contemporânea do Museu da Inconfidência, localizado em Ouro Preto (MG), devem-se analisar as suas propostas interdisciplinares, haja vista que os seus parâmetros museológicos podem elucidar as relações implícitas e explícitas aos campos de conhecimento aqui discutidos engendrados na relação entre turismo, patrimônio e comunidade local. A ideia foi verificar a inserção do Museu da Inconfidência junto à comunidade local haja vista a sua forma de criação no Governo de Getúlio Vargas. Verificou-se, ainda, a necessidade de compreender os roteiros das exposições e as ferramentas de visitação que foram preparadas pelos seus gestores ao longo dos anos de funcionamento do Museu da Inconfidência (MI). É importante adiantar que as interpretações dos visitantes da comunidade, diante desse patrimônio nacional da Inconfidência, acabam se relacionando também com as possibilidades de interação fornecidas por essa Instituição Museológica e suas práticas sócio-educativas.

Em contrapartida a este processo racional, partimos do pressuposto que “o princípio que leva o homem a agir é o coração, são suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo ela, precisamente, que se dirige a linguagem energética dos símbolos e dos emblemas” (BACZKO, 1985, p. 301). Desta forma, os fatores relacionados à apropriação do poder simbólico pelo imaginário coletivo não se referem apenas à racionalidade produtiva dos campos de conhecimento, mas sim, a fatores que representam a essência humana de apelo à tradição e sua contemplação / fruição.

Nesse momento, recordamos Gilbert Durand (1964, p. 78) quando afirma: “formulações mostram bem que o símbolo não se reduz a uma lógica delineada”. Isso nos dá a complexidade de um roteiro da exposição museal e a sua contemplação no cenário contemporâneo. Para tanto, iniciamos com análise quanto à inserção do Museu da Inconfidência na comunidade de Ouro Preto.

A concepção do patrimônio de Ouro Preto e o Museu da Inconfidência

Alguns monumentos de Ouro Preto são caracterizados por um processo de identidade construído pelo discurso nacionalista de Getúlio Vargas e dos próprios modernistas, esvaziando-se, algumas, vezes do estilo próprio dessa comunidade na contemporaneidade. O ideal nacionalista forneceu à cidade um aspecto histórico singular e obedeceu ao desejo e às necessidades conjunturais do poder estabelecido, tombando aquilo que interessava a esse poder e ignorando outros agentes da História. Sabendo que seu patrimônio é valorizado pelos turistas e pela propagação midiática de que os turistas são a possibilidade de sobrevivência econômica no presente e no futuro, muitos moradores de Ouro Preto buscam valorizar o seu patrimônio à sua maneira.

Também é importante destacar que os habitantes dessa cidade adquirem uma constante relação física com o Museu da Inconfidência por uma questão espacial, já que a Praça Tiradentes, onde o mesmo se localiza, é um local de passagem obrigatório, pois dá acesso a muitos lugares que fazem parte do cotidiano dos habitantes. Apesar disso, as dificuldades de inserção dessa comunidade no interior do Museu da Inconfidência são notáveis e, entre outros fatores, isto se deve, primeiramente, pela forma que tal patrimônio foi instituído em Ouro Preto o qual fora eleito pelos “forasteiros modernistas” como palco do nacionalismo de uma recém criada identidade brasileira.

De uma forma transversal, mediada pelo interesse econômico, os habitantes de Ouro Preto têm orgulho de sua cidade e tentam preservá-la a seu modo. É considerada, no circuito turístico, uma das “cidades históricas mineiras”. Sobre esse espaço são atribuídos vários símbolos e imagens em torno dos quais se constroem discursos que procuram e pretendem caracterizar e classificar o chamado acervo nacional. Malhano (2002) diz que o reconhecimento de uma herança cultural e sua transmissão supõe a continuidade de uma representação da História, tanto por monumentos quanto por ideias e acontecimentos. Composto de monumentos e de obras de arte, o patrimônio encontra seus limites e é determinado em função de critérios históricos e estéticos. O conjunto do patrimônio em Ouro Preto é formado por monumentos civis e religiosos, museus, chafarizes e bens móveis, sobretudo esculturas e ornamentos religiosos, os quais representam as encenações e os cenários de memórias e histórias que pretendem apresentar as raízes e tradições brasileiras.

Entretanto, para muitos moradores, o patrimônio ainda indica apenas o escritório técnico do IPHAN e a concepção legal que o patrimônio infere em sua vida cotidiana, o que já revela o distanciamento entre o discurso de uma memória que pretendia ser reconhecida como salvaguarda de cidadania e a sua apreensão. “Getúlio Vargas, discursando aos ouropretanos, em 1938, declarou: Meca da tradição nacional, a cidade para a qual devemos volver nossos olhos, porque representa as páginas vivas de nossa história, no fulgor do seu passado e das suas glórias imorredouras” (BANDUCCI; BARRETO, 2001, p. 254).

Ouro Preto, visitada pelos modernistas no início do século XX, foi declarada Monumento Nacional em 1933 e quando o IPHAN iniciou suas atividades em 1938, foi tida como “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto” inscrita no Livro de Tombos das Belas Artes, 20/01/1938, conforme processo 070-T-38, fls 08, número de inscrição 39 (SIMÃO, 2001).

Essa redescoberta também significou para Ouro Preto um modo de recriar sua identidade por meio de sua transformação em patrimônio nacional. Tais fatos representaram uma nova oportunidade para um novo crescimento local e a possibilidade de os moradores a recriarem simbolicamente, pois a mudança da capital mineira para Belo Horizonte, em 1897, significara uma transformação na identidade de Ouro Preto, que passara a figurar como uma cidade sem rumo para aqueles que não se mudaram para a então nova capital (MOURÃO, 2005). Diante disso, a perspectiva patrimonial forneceria novos caminhos para a localidade.

[...] tendo sua importância drasticamente reduzida, mostrava o abandono de suas velhas relíquias – torna-se mais fácil identificá-las em contraste com a modernidade de Belo Horizonte -, configurando-se tal uma “cidade morta”, como diria Afonso de Melo Franco em 1916. Havia consciência no âmbito regional e nacional de que algo deveria ser feito para impedir a desapareção das velhas edificações de Vila Rica (CAMARGO, 2002, p.81 - 82).

Com a sua elevação a patrimônio nacional, uma série de disputas sócio-econômicas emergiram. Os embates geraram em torno de quem possuía (maior) legitimidade para ficar responsável por sua conservação, pelo restauro e pela catalogação dos bens, envolvendo as disputas entre os sujeitos implicados – sobretudo as instituições, destacando-se as polêmicas trocadas na imprensa nacional entre o Instituto Histórico de Ouro Preto e o próprio SPHAN – e também em relação aos critérios orientadores do tombamento. Dessa maneira, para Camargo (2002), a escolha de Ouro Preto se apoia em personagens históricos, um lugar onde se realizaram grandes feitos: a figura de Tiradentes, proto-mártir da independência, é o elemento essencial; os despojos de seu corpo esquartejado – o único condenado à morte entre os inconfidentes mineiros – consagra essa entre as outras cidades barrocas mineiras como altar da formação da nacionalidade. Para Maria B. Silva (1999, p. 167), “na visão do SPHAN de 1938, essas cidades eram consideradas como obras de arte, prontas, passíveis de poucas transformações. Uma vez tombadas ficariam assim protegidas para serem vistas e apreciadas como um tesouro”.

Pertencer ao patrimônio nacional propiciou também um meio de crescimento econômico para Ouro Preto, uma vez que a cidade pôde ser investida com a característica turística. Ouro Preto acabou se consagrando também com a publicação de um guia, cujo autor foi o poeta Manuel Bandeira. A publicação foi reeditada dezenas de vezes e ainda é utilizada por diversos pesquisadores que estudam a formação da cidade enquanto patrimônio nacional. Bandeira, que era poeta modernista, também se alinhou na valorização do barroco mineiro enquanto patrimônio nacional e mundial. Nesse contexto, Gustavo Capanema situa Ouro Preto como patrimônio nacional:

Quando no Brasil, pela primeira vez no mundo, em 1933, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, indica Ouro Preto como a primeira cidade que é definida com o monumento nacional, nós procuramos saber o que isto significava e percebemos que a identificação da cidade como monumento nacional não é nada mais que a extensão do princípio do monumento singular estendido a um complexo que, pela qualidade e pela somatória dos edifícios simples, adquire o valor de monumento global (LOMBARDI, 1992, p.81).

Haveria, assim, um interesse deliberado do governo Vargas numa política para o turismo, ampliando a possibilidade de atrativos com a oferta do patrimônio histórico nacional. Esta afirmação pode ser verificada na abertura do Museu da Inconfidência em 11 de agosto de 1944 no local da Casa de Câmara de Ouro Preto e, posteriormente, no empenho e investimento oficial no Grande Hotel, edificado naquela cidade (CAMARGO, 2002). Desse modo, o Museu da Inconfidência também foi uma ferramenta para a formação de outro sentido para a identidade de Ouro Preto, tanto pela designação dessa cidade como fundadora da identidade nacional tanto pela sua transposição para o mercado turístico que começava a emergir no país.

Gustavo Barroso, museólogo presente em diversas concepções do patrimônio cultural, disse que “seu interesse por Ouro Preto tinha surgido em 1926, depois de uma visita por meio da qual tinha constatado o estado de abandono da cidade. Daí por diante, voltou à cidade diversas vezes, mas sem maiores possibilidades de intervir que não as tentativas de convencimento feitas junto ao governo de Minas Gerais” (BITTENCOURT, 2007, P. 133). Pode-se dizer que Barroso agia como antiquário ao objetivar trazer vida à cidade esquecida. Sua veneração era de uma história triunfalista, pois ele venerava uma cidade onde tinham andado e vivido os heróis representativos da nacionalidade brasileira e, a partir disso, deu-se o processo museológico no Museu da Inconfidência.

Ouro Preto, passado todo esse tempo, é hoje monumento e museu e, conforme Bittencourt (2007), pode-se dizer que as constantes intervenções do SPHAN ao longo da história ou até mesmo de seus antecessores, como a prefeitura local e a Inspetoria de Monumentos, alcançaram o objetivo de criação de um atrativo turístico. Daí se entende que a proposta de inscrição da cidade de Ouro Preto na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO tenha sido um esforço do quadro técnico do SPHAN, apesar de a ideia parecer mais ligada ao movimento do início da década de 1970, marcado pelos encontros de Salvador e de Brasília que resultariam no Programa de Cidades Históricas. Em 1980, a cidade já era um dos grandes expoentes do turismo nacional, justamente por causa da preservação dos seus aspectos considerados excepcionais, feita em 1934. A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial viria somente dar chancela a esse fato e a essa concepção patrimonial como uma premissa de novos sentidos e rumos para Ouro Preto.

No caso das cidades coloniais de Minas Gerais, esta e outras iniciativas seriam, em grande parte, reflexos das políticas da preservação do patrimônio e conseqüente indução da atividade turística. Meneses (2004) diz que se não fosse a atividade turística, cidades como Ouro Preto poderiam estar vivendo situações piores do que aquelas que hoje vemos como negativas em conseqüência de um turismo pouco planejado. O turismo trouxe para a cidade um desenvolvimento que ela não tinha e um reconhecimento de seu patrimônio que a enaltece no contexto das cidades coloniais no mundo. Trouxe problemas também, que, entretanto, devem ser repensados à medida que o campo do Turismo busca fornecer subsídios para que o desenvolvimento social se alinhe aos resultados de crescimento econômico.

Em outra leitura da invenção do turismo em Ouro Preto a partir da concepção desse patrimônio, Gabrielli Cifelli (2005) procura estabelecer um diálogo entre a geografia e o turismo por meio da ocupação urbana. A autora critica a apropriação de velhas materialidades pelo turismo, transformando a paisagem urbana contemporânea mais voltada ao consumo do que para a noção de lugar e de seu povo. Em contrapartida, devemos nos questionar o que seria de Ouro Preto se não fosse a concepção patrimonial ali inserida e a atividade turística decorrente disso. Desse modo, o Museu da Inconfidência foi um dos elementos mais importantes desse processo, pois enalteceu essa história nostálgica pelo movimento de celebração da Inconfidência Mineira por meio do Panteão dos Inconfidentes inaugurado anteriormente em 1942 e tornou-se um incremento da atividade turística local. É importante ressaltar que o Panteão dos Inconfidentes foi o ponto de partida para a invenção de uma tradição nacionalista a qual se concretizou com a missão de repatriamento dos despojos dos inconfidentes mortos em solo africano incumbida a Augusto de Lima Junior. A partir disso, o mausoléu foi transformado em altar da pátria nacional instituído no governo de Getúlio Vargas e seu ministro Gustavo Capanema. Tal representação da história foi incorporada ao longo dos anos pelos visitantes do Museu da Inconfidência e, assim, adquiriu um poder simbólico no imaginário social incorporado pelo povo brasileiro implementado pelos modernistas.

Apesar disso, não podemos omitir que a relação entre os moradores e os turistas permeia os contrastes sociais, econômicos e culturais da realidade de Ouro Preto, visto que os primeiros precisam conviver com as dificuldades de dividir o espaço com os forasteiros e os segundos, com as impossibilidades de infra-estrutura turística local. Apesar disso, a questão identitária embutida nessa relação parece representar um dos maiores problemas:

Os moradores, ao mesmo tempo em que veem os bens como algo voltado aos turistas, também reivindicam o reconhecimento desse acervo como parte de sua identidade, resultando em uma relação tensa

com essa prática frequentemente incômoda às suas vidas cotidianas. Sentem-se excluídos, ao mesmo tempo em que são os anfitriões de quem vem visitar e conhecer a sua cidade. [...] Ao analisar o turismo em Ouro Preto é necessário fazer um balanço sobre os significados do tombamento para os moradores. Se o discurso oficial traz a “garantia da cidadania” e de que “sem o patrimônio eu não sou ninguém”, tal intenção não condiz com o cotidiano dos que lá vivem. Assim, a prática do tombamento consagrou certos nomes e momentos da história, apresentado-os de forma unívoca. Os monumentos aparecem como identidades territorializadas, de tal modo que as imagens mostradas nos sites e as tomadas dos vídeos “fotografam” o local como se fossem uma reprodução da realidade e marcos para as múltiplas identidades que podem se reverenciar a esses símbolos, denominados como pertencentes à “nação” (BANDUCCI; BARRETO, 2001, p. 86).

O fato é que o próprio turismo em Ouro Preto, inclusive no Museu da Inconfidência, surgiu a partir das invenções das mesmas tradições que deram origem ao patrimônio. O patrimônio e o turismo seriam formas de representações que se alinham à medida que uma se apropria da outra para sua existência: o primeiro se faz pela articulação simbólica que o segundo gera por meio de sua contemplação ou fruição. Consideramos simplista a proposta de situar o patrimônio enquanto vítima do turismo, posto que, no cenário contemporâneo, ambos foram inventados para oferecerem legitimidade a si próprios e a sociedade os assimilou com diversas apropriações. O debate que se deve fazer não é somente como um se apropria do outro em uma visão dicotômica, mas sim, como um agrega-se ao outro para uma reconstrução histórica problematizadora e na sua reutilização para o turismo reflexivo e cidadão, possibilitando a comunidade tirar benefícios sociais e econômicos disso ao fazer parte do processo.

A representatividade da comunidade local no Museu da Inconfidência

Em Ouro Preto, um dos desafios é entender e contrastar essa cidade estática, dos séculos de história, com a cidade dinâmica pelo cotidiano dos moradores, dois pólos que revelam e ocultam os conflitos e disputas articulados pelo turismo e pela historicidade da antiga Vila Rica. Com o intuito de abordar a relação entre o Museu da Inconfidência e a comunidade de Ouro Preto, vimos a necessidade de verificar os índices de visitação da comunidade nos espaços físicos do Museu. A metodologia desse estudo baseia-se na pesquisa documental realizada no Arquivo Administrativo da Casa do Pilar, anexo do Museu da Inconfidência, durante os anos de 2009 e 2010, no qual consta o registro da visitação do público da instituição. Tal documentação foi encontrada de forma desorganizada e não adequadamente conservada diante da importância desses registros.

Se considerarmos as palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade (2005, p. 168) na inauguração do Inconfidência: “O Museu da Inconfidência obra sua e V. Exa. (Gustavo Capanema), mais que ninguém, cabe entregá-lo a Ouro Preto, a Minas Gerais e ao Brasil”, poderíamos afirmar que o Museu da Inconfidência teria sido concebido, em primeiro lugar, para os seus habitantes. No entanto, com os anos que se passaram, notamos que essa assimilação sempre foi um processo penoso por parte dos profissionais do MI, pois o vínculo do processo de imposição desse patrimônio pelo Estado vem sendo dificultado pelo processo de assimilação e conhecimento do Museu da Inconfidência pelos próprios ouropretanos.

Se no sentido nacional e mundial o Museu da Inconfidência adquiriu grande importância, em Ouro Preto, ainda procurava, anos após a sua criação, despertar a atenção das escolas locais. O seu segundo diretor, Orlandino Fernandes, o qual permanecera no cargo de 1959 a 1973, fez questão em se mostrar disponível ao atendimento dos estudantes. Este tipo de iniciativa pode ser interpretada como um indício da preocupação do diretor em estabelecer um contato maior com a comunidade. As escolas ouropretanas podem ter sido identificadas por ele como as instituições mais acessíveis para dar início a essa aproximação. Afinal, era preciso não perder de vista que a criação da Inconfidência não foi uma ação que teve uma participação da população local em sua concepção. Logo, estabelecer vínculos com essa população, pode ser visto como uma iniciativa que procurava, antes de tudo, convencer esse público da importância do MI. Chegar até as escolas e sensibilizar os alunos sobre a importância dessa instituição, que ocupava um dos edifícios mais monumentais da cidade, corresponderam a uma estratégia de busca de legitimação que procurava inspirar nas crianças ouropretanas um sentimento de identificação com o patrimônio que o Estado havia lhes concedido (COSTA, 2005).

A saída para o ensino é que imprimiria um rumo verdadeiro à tarefa de inserção do Museu da Inconfidência em Ouro Preto enquanto patrimônio cultural daquela comunidade. A ideia era que alunos provenientes da rede pública viessem complementar o seu aprendizado e iniciassem um processo de identificação com os objetos e símbolos. Segundo o seu atual diretor, Rui Mourão (2005), no cargo desde 1974, a intenção era formar ouropretanos conscientes dos seus valores por meio da atividade educativa com diversificado material. Entretanto, a proposta factual era situar o Museu como usufruto da comunidade, tarefa complexa diante das condições históricas da criação da instituição.

No ano de 1979, é criado o setor educativo do Museu da Inconfidência, assumindo os pressupostos em que as visitas guiadas deixaram de ser a grande atração da atividade educativa, na medida em que foram transformadas em mais uma das etapas do trabalho. A partir daquele momento, o Museu assumiria a responsabilidade de planejar e executar as mais diversas atividades educativas desenvolvidas em seu espaço. Ao longo da década de 80, o Setor Educativo do MI realizou, a partir do Projeto Museu - Escola, uma diversificação das atividades oferecidas a esse público visitante do Museu. Segundo Costa (2005), na tentativa de romper com o ambiente cerimonioso já associado aos museus históricos, é possível interpretar as atividades implementadas pelo Projeto Museu - Escola como parte dessa intenção de promover o Museu da Inconfidência como lugar de memória que possuía a função de proteger também as memórias da comunidade local, logrando algumas conquistas procedentes dessa ação pedagógica.

Com relação às fontes documentais que indicam o público do Museu da Inconfidência, nota-se que, somente a partir de 1975, registra-se a visita dos moradores de Ouro Preto, divididos também em outras categorias. Evidencia-se um número bastante ínfimo se comparado ao número total de visitantes, indicando que o trabalho entre a Instituição e o município de Ouro Preto precisava ser mais fortalecido. Foi registrado em seus arquivos que naquele ano o Museu recebeu 558 visitantes da comunidade, dentre os quais a maioria era criança, provavelmente oriunda das visitas escolares. Se avançarmos alguns anos, veremos que, em 1982, foram recebidas 1446 pessoas da comunidade, considerando um aumento significativo nesse período.

Em outro momento, já com as estatísticas realizadas pelo Setor de Difusão e Promoção Cultural, aponta-se que, no ano de 1998, foram recebidas na exposição permanente do Museu 3559 pessoas da comunidade. Apesar disso, dois anos após o seu projeto de reformulação, em 2008, a Instituição

recebera um número menor - 1753 visitantes de Ouro Preto. Embora estes números indiquem que a participação da comunidade tenha crescido na década de 1970 e oscilado entre as décadas de 1990 e 2000, podemos afirmar que os projetos pedagógicos com a comunidade reafirmam a necessidade de identificação entre a Instituição e a população de Ouro Preto com base no índice de visitação da comunidade¹.

Essa preocupação da inserção da comunidade também se deu na reformulação da exposição permanente do Museu da Inconfidência, em 2006. Ainda em 1999, o diretor Ruy Mourão indicou insatisfação com a exposição permanente por não “incluir” em sua dimensão a cidade de Ouro Preto. Segundo ele,

É muito estranho que nenhuma referência tenha sido feito à cidade, palco da Conjuração. Ouro Preto não foi espaço neutro com relação aos acontecimentos [...] O visitante, nas atuais circunstâncias, toma conhecimento da Inconfidência de que maneira?” (Mourão In *Oficina do Inconfidência*, 1999, p. 138).

A ausência anterior de vínculo social da exposição permanente com a própria cidade também pode explicar a insuficiente visitação por parte dos moradores, muito embora se deva considerar a forma descendente em que esse patrimônio foi concebido e, inclusive, os baixos padrões educacionais no Brasil quanto ao interesse pelo conhecimento histórico enquanto formação do cidadão. Essa soma de fatores parece interferir nos projetos que buscam integrar o MI à comunidade de Ouro Preto. O certo é que a tentativa de comunicação desses projetos ocorreu por meio dos impressos e eventos durante todo o ano. Veremos mais alguns exemplos destas ações.

No boletim informativo *Isto é Inconfidência* ocorreu a divulgação dos projetos do MI com a comunidade. Na edição No. 16, ano de 2005 (p.7), divulgava-se a seguinte notícia:

Dando prosseguimento à ação dinâmica, através da qual promove a interação entre o visitante e a comunidade, o Museu da Inconfidência dá início, a 17 de dezembro, ao projeto de Difusão pela Arte, com intervenções cênicas e musicais na exposição permanente, chamando a atenção para a reforma modernizadora que tem lugar na exposição permanente.

De uma forma lúdica com tentativa educativa, foi apresentado o primeiro espetáculo cujo tema abordou o casamento do Imperador D. Pedro II com a princesa Tereza Cristina. A encenação de base histórica foi um artifício lúdico utilizado para aproximar o público do MI, haja vista que a questão visual possibilitaria maior concretude ao processo histórico ali demonstrado.

A seguinte notícia é veiculada no *Isto é Inconfidência* (No. 18, 2006, p. 8) após a reformulação do Museu: “Os ouropretanos viram surgir de repente motivo para retomarem com entusiasmo a convivência com uma instituição que para eles havia se tornado rotineira, mas a afluência de pessoas de todas as procedências tem sido muito grande”. Como se pode observar, o Museu da Inconfidência reforçava o caráter inovador do projeto de reformulação, pressupondo que este daria ânimos à comunidade ouropretana para participar de suas atividades. Eis mais uma tentativa de inserção da comunidade no interior do Museu, objetivando corrigir o processo impositivo e sem participação efetiva da população visto que esse patrimônio cultural fora concebido pelo Estado.

¹ Museu da Inconfidência: Relatórios Anuais de Visitação do Museu da Inconfidência. Arquivo Administrativo – Casa do Pilar.

O pressuposto de que um patrimônio representante da “história oficial do Brasil”, o Museu da Inconfidência, estava fora de sintonia com o local dos acontecimentos da inconfidência, Ouro Preto apresentava-se como contraditório em seu processo de construção identitária e simbólica baseado em princípios tidos como coletivos da nacionalidade brasileira. A preocupação em fornecer aos habitantes de Ouro Preto a noção de pertencimento do MI, parece plausível à medida que muitos outros locais ditos históricos se colocam prioritariamente para o turismo enquanto atividade financiadora das suas ações. Entretanto, critica-se aqui o fato de o habitante de Ouro Preto não pagar para entrar nas exposições do Museu da Inconfidência somente aos domingos, já que nas igrejas de Ouro Preto esse processo se dá diariamente. Também se abomina que, em algumas celebrações, como em 21 de abril, a população local é proibida de circular na Praça Tiradentes e ter acesso às imediações do MI.

Diante disso, nos questionamos: seria ainda a comunidade de Ouro Preto excluída do processo de utilização desse patrimônio cultural, haja vista que o seu ideal de construção partiu de forma descendente? Em termos quantitativos, é possível visualizar, notadamente, um número ainda incipiente da participação da população local, ao longo dos anos, se comparada ao número de turistas em geral. No entanto, nota-se que a ideia de inclusão maior desse público faz parte de uma das frentes de trabalho do Museu da Inconfidência devido aos seus projetos pedagógicos, pois o Setor Pedagógico da Instituição vem buscando várias formas de construir ou instituir essa relação por meio dos seus projetos e, a partir disso, incluir a população local no interior do MI e em suas atividades externas.

Esta busca não é tão somente do Museu da Inconfidência, posto que a ampliação do conceito de patrimônio, nas últimas décadas do século XX, incluiu as manifestações de culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros processos culturais. Todavia, não podemos subestimar a capacidade dos grupos e das comunidades para defenderem seus próprios interesses, seus modos de viver e pensar no mundo (PELEGRINI, 2008). Nesse sentido, a participação da população de Ouro Preto nas atividades do Inconfidência também depende de um trabalho que tenha base no seu próprio pensar e agir diante da dinâmica patrimonial ali concebida.

Assim sendo, podemos dizer que, além dos projetos do setor pedagógico com a comunidade, seria necessário um reconhecimento natural da população de Ouro Preto com esse patrimônio. Porém, é imperativo existirem princípios educativos mínimos para essa mesma população. Nos lugares de memórias, inclusive os atrativos turísticos, há espaço para a composição identitária de um povo e sua contemplação pelos turistas. Estes elementos podem não ser contraditórios. Para tanto, também seria preciso que essa população reconhecesse e se identificasse nas exposições do Museu da Inconfidência. Desse modo, nos importa agora analisar como se deram as construções simbólicas das exposições do Museu da Inconfidência, em uma perspectiva histórica, desde a sua criação em 1944 ao ano de 2010, enquanto objeto de comunicação com seu público, seja da comunidade local seja de turistas oriundos de diversas localidades.

O roteiro da exposição e a turistificação do objeto museal

Para análise histórica da Exposição Permanente do Museu da Inconfidência persistiu-se na concepção da pesquisa documental como fonte dos dados. Essa última foi baseada em diversas publicações, encontradas em sua maioria na biblioteca da Instituição, que revelam a composição e a idealização

zação do que deveria ser exposto para os visitantes. Foi utilizada, ainda, a pesquisa no site oficial do Museu para compreender esse quadro na contemporaneidade. Além disso, foi empregado o método de observação-participante enquanto prática de pesquisa para compreensão da realidade.

Como museu temático, com objetivos definidos por decreto-lei, é possível verificar a extrema variedade de objetos do acervo do Museu da Inconfidência. Uma explicação para o fato: ao receber a incumbência de criar a Instituição e levar às últimas consequências o mausoléu que a política da época programou como meta prioritária, os dirigentes do Patrimônio Histórico possivelmente devem ter ficado diante de verdadeiro impasse ao verificar a escassez de testemunhos sobre a conspiração de Vila Rica. Expostos a risco total pela denúncia da conjuração, os conspiradores destruíram os vestígios que pudessem comprometê-los (MOURÃO, 1995). Partindo deste pressuposto, tornou-se evidente a dificuldade primeira em se organizar uma exposição temática sobre a Inconfidência Mineira propriamente dita, já que se verificara a ausência de objetos para serem expostos, motivo pelo qual muitos ainda criticam a exposição permanente do Museu pelo seu sentido totalizante.

É importante frisar que não existia, no momento após a inauguração do MI, a intenção de uma popularização dos museus brasileiros. A intelectualidade buscava uma população letrada que procuraria decodificar a linguagem das instituições museológicas que vinham sendo criadas. Além do mais, o público não teria a oportunidade de opinar sobre o que deveria ser digno da preservação do patrimônio no Brasil. Naquele tempo, era o público quem deveria compreender o Museu da Inconfidência enquanto patrimônio cultural nacional, pois ainda não cabia a essa Instituição partir da hipótese contrária, ou seja, compreender as prerrogativas do seu público para buscar uma interação sócio-educativa ampliada a várias camadas da população.

Entendendo que é o roteiro da visita que permite ao público a compreensão do que está sendo exposto, verifica-se que, no caso do Museu da Inconfidência, os objetivos eram situar o visitante na história que estava sendo construída, ou seja, vincular a Inconfidência Mineira aos ideais nacionalistas de Vargas e ao projeto de identidade brasileira dos agentes do patrimônio. Nesse primeiro momento, acreditava-se que uma população letrada pudesse compreender a dimensão temporal e artística que estava sendo ali colocada. Apesar disso, com o decorrer do tempo, o público do MI passou a ser de diferentes escolaridades, procedentes de várias regiões, o que denotou a necessidade da preparação de um roteiro mais explicativo sobre os objetos expostos e, principalmente, quanto ao símbolo que se sobrepõe a cada objeto.

Na organização da exposição realizada logo na abertura do Museu da Inconfidência, em 1944, o historiador Luiz Camilo de Oliveira Torres imaginou um roteiro que tivesse início com a documentação sobre a Inconfidência, continuasse com a comprovação do estágio de desenvolvimento mineiro, que tornara possível aquele evento político, e terminasse com uma alusão à Independência, caracterizando a primeira como precursora da segunda. A localização do Panteão dos Inconfidentes, já construído no meio do percurso do andar térreo, impediu que a narrativa evoluísse numa linha de começo, meio e fim. Ao situar essa exposição, Mourão (1999, p. 57) relata:

[...] “a referência à separação do Brasil de Portugal, objetivada apenas pelo retrato de D. Pedro I, por alguns retratos de personagens da época, gravura, aquarela e mobiliário do século XIX, acabou sendo tão sutil que não chegou a ser percebida mesmo pelo visitante mais atento”.

As tentativas de preparação de um roteiro de visita explicativo ao público se iniciaram durante a segunda gestão do Inconfidência, cujo diretor, Orlandino S. Fernandes, preparou um guia, em

1964 e publicado pelo DPHAN, em 1965. Nesse guia, é possível encontrar um considerável trabalho de pesquisa herdado da gestão anterior, de Conego Trindade, com o qual Fernandes apresentou um breve histórico da Instituição. O guia também enfatiza a importância da Inconfidência Mineira ao situar o passado colonial da região das Minas como fator representativo para a história do país. O ex-diretor também apresentou, em seu guia, um mapa onde estavam representadas todas as salas do Museu o qual sugeria um roteiro a ser percorrido durante a visita. Ao examinar a publicação, pode-se considerar que a própria existência de um guia indicava que o diretor tinha por objetivo o pressuposto de uma leitura adequada da exposição de acordo com os mesmos ideais de criação do MI pelo Governo Vargas. Disponibilizando um informativo que apresentava uma trajetória a ser seguida dentro do espaço museal, além de descrições técnicas e históricas dos objetos expostos, o Inconfidência pretendia realizar a interpretação que caberia aos seus visitantes fazê-la diante daquilo que lhes era apresentado.

Entretanto, o guia também pode ser visto como uma tentativa do Museu da Inconfidência de transmitir informações para um público mais amplo e sem o conhecimento erudito previsto inicialmente. Ademais, é possível interpretar que a publicação, de certa maneira, possuía a função de suprir a ausência física de guias, visando ajudar no processo de decodificação da linguagem museológica. Afinal a sua concepção fora criada por uma elite política e uma classe restrita de intelectuais e parece ter sido necessário transmitir essa invenção para outros segmentos sociais que visitavam o Museu da Inconfidência.

Nesse sentido, o guia elaborado por Orlandino Fernandes (1965) possui uma proposta narrativa que inicia a exposição pelo saguão, onde estavam expostos diversos objetos de meados do século XVIII. “Pela porta à direita daquela por onde entrou o visitante, tem-se acesso à SALA 1, consagrada ao Aleijadinho” (p. 12). A linguagem de comunicação realizada por Orlandino propunha ao visitante caminhar pelo Museu em uma sequência linear da exposição para entendimento daquela conjuntura museal. O que se vê é que a preocupação com o direcionamento do público é constante no texto: “Estamos, aqui, no primeiro dos três recintos em que se divide o salão, e contra a parede dos fundos do prédio encontramos um armário ladeado de duas cadeiras, móveis, todos esses da 2ª. Metade do século XVIII” (p. 34). Isso se acentua quando analisamos a publicação e notamos o direcionamento visual orientado ao visitante, inculcando a ideia de que uma exposição museal se faz sobre suas imagens e o imaginário social produzido decorrente disso.

Esse guia foi a forma encontrada para se comunicar com o visitante do MI daquele período. Pressupõe-se que o Inconfidência passou a se preocupar com visitantes que não possuíam conhecimento anterior do que estava sendo exposto. Assim sendo, o público que visitava poderia se situar nas condições históricas em que o Museu estava realizando a sua exposição. A preocupação desse diretor em fornecer parâmetros de visitação organizada no local pode estar relacionada com sua área de formação e com os objetivos de aumentar o público do Museu naquele período. Essa proposta parece possuir outro direcionamento do que o anterior realizado por Conego Trindade, o qual enfatizava a pesquisa histórica. No entanto, o que se pretende demonstrar, neste artigo, é que ambas as ações devem ser realizadas de uma forma integrada, ou seja, a visitação em um museu não deve estar dissociada de uma reconstrução histórica representada em símbolos no imaginário coletivo. A problemática se dá em como ocorre a integração dessas correntes na área museológica e sua reutilização pelo Turismo. Para tanto, torna-se importante não segregar o público de acordo com um dito padrão cultural e, ao mesmo tempo, fornecer mecanismos de leitura que proporcionem diversas interpretações ao objeto museal.

Outro roteiro² da exposição permanente do Museu da Inconfidência, organizado após a reformulação em 2006, passa a ser utilizado pela área pedagógica e pelo setor de difusão do acervo e promoção cultural. O material denominado “Rotas Temáticas do Museu da Inconfidência” apresenta a exposição permanente situando o seu conteúdo histórico e artístico. No mesmo documento, a exposição permanente é apresentada, nessa nova concepção, indicando o conteúdo temático por sala e seu atributo histórico. Nesse material, após a apresentação do conteúdo específico de cada sala, situa-se um mapa da exposição permanente nos Pisos 1 e 2 do Museu. Analisando essa documentação, nota-se que esse roteiro preocupa-se com o objeto museológico e não insere o visitante no contexto. Deveriam ser fornecidos mecanismos para que o público fosse o intérprete que vivenciasse todo o acervo da Instituição. O fato é que não parece ser cabível que apenas informações descritivas forneçam estímulos para o público interpretar e questionar os fatos históricos e, ainda, transformar essa prática em uma forma de lazer, que é uma exigência constante do mundo contemporâneo. Apesar disto, o MI passou a buscar outras formas de aproximação com o visitante, as quais veremos adiante.

Nesse roteiro, três classes de objetos se sobrepõem nesse Museu: objetos de arte sacra e mobiliário; utensílios e objetos domésticos; objetos de iluminação, livros, textos impressos, transportes e fragmentos construtivos. A primeira classe de objetos se sobressai no Museu da Inconfidência. O MI tivera, na Igreja, a principal fonte de aquisição dos seus acervos, destacando o acervo integrado por intermédio de Vicente Racioppi, proveniente do Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto.

A reconstrução simbólica em sua reformulação está presente no Museu da Inconfidência, apesar de o próprio Panteão permanecer praticamente inalterado. A fim de aprofundarmos a complexidade de uma exposição museológica em um museu histórico é oportuno retomar alguns debates que situam a fronteira entre o material e o simbólico, entre a História e sua representação museográfica. Nora (1993, p. 26) observa que: “se insistimos sobre o aspecto material dos lugares, eles próprios se dispõem em degradê” As estátuas ou monumentos aos mortos conservam seu significado em sua existência intrínseca. Nessa conjuntura, podemos compreender que a função simbólica do Panteão dos Inconfidentes se sobrepõe aos restos mortais dos inconfidentes repatriados. O jazigo vazio e o monumento *In Memoriam* a Tiradentes representariam, assim, o mesmo atributo simbólico dos demais que estariam com as cinzas repatriadas na missão oficial em 1936.

Seriam estes objetos apenas uma forma de fetiche para os seus visitantes? Este questionamento se situa numa fronteira tênue em que a História se insere preocupada com a reconstrução histórica que, em alguns casos, se coloca em um patamar inferior para os visitantes de um museu, visto que seus aspectos lúdicos e representativos podem interferir no contexto que está sendo apresentado a fim de atender aos anseios da fetichização dos objetos. Meneses (1994) delimita os objetos de uma exposição museológica da seguinte maneira:

- Objeto Fetiche: deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados dos objetos, posto que as exposições se tornam meramente taxômicas (porcelanas, mobiliárias, numismática) e, conseqüentemente, limitadas. No entanto, o museu pode estudar e conhecer o objeto-fetiche, procurando desvendar a sua construção, transformação, uso e função.
- Objeto Metonímico: o objeto perde o seu valor documental, transmuta-se num ícone cultural do presente puramente emblemático e apenas serve para reforçar uma identidade.

2 MI: Disponível em: museudainconfidencia.wordpress.com/about/.

- Objeto Metafórico: este é o menos nocivo dos que já foram expostos, mas torna inócuo o museu a fim de reduzir a exposição a uma exibição ilustrativa de sentidos, conceitos, ideias e problemas que não foram extraídos do próprio objeto.

Dentre diversos e variados objetos museológicos presentes no MI, como o caso do Panteão dos Inconfidentes, a representatividade da morte ainda se faz presente para idealizar uma história da pátria, o que lhe atribuiria um caráter de objeto metonímico. No entanto, o objeto metafórico também estaria presente na exibição da religião no Panteão. Por fim, podemos ainda considerar o poder de objeto fetiche do Panteão dos Inconfidentes ao analisar a apropriação que alguns visitantes fazem do local. Seguindo esta ótica, a visão do objeto não depende tão somente pela representação que o museu faz do mesmo, mas também, das apropriações do público diante dele em cruzamento de representações que fornecem a dinâmica do patrimônio cultural.

Supondo que os elementos simbólicos não são decifráveis para determinados públicos e procurando se adequar às necessidades museográficas mais recentes, o Museu da Inconfidência realizou diversas instalações para facilitar ou direcionar a leitura de sua exposição permanente. Em 2007, foram colocados multimídias programados para complementar a informação cultural de três ambientes dessa exposição. Dois monitores tratam da fundação de Vila Rica e sua evolução. Outros dois foram instalados na Sala Império e abordam a cidade no momento em que ela já era capital de Minas Gerais, no país independente. E, um quinto equipamento, aprofunda o tema fundamental do Museu, a Sala da Inconfidência, próxima de onde se localiza o Panteão. Esta também seria uma forma de o visitante obter mais informações e contextualizações da História de Vila Rica no contexto brasileiro (Isto é Inconfidência, N. 19, 2007).

No ano de 2009, passou a ser disponibilizado para o visitante do MI um guia eletrônico poliglota, de fácil manipulação, em três línguas – português, inglês e espanhol (Isto é Inconfidência, N. 26, 2009). Esta tecnologia parece buscar suprir uma deficiência que se apresenta nos textos que explicam os objetos, já que somente são escritos nas línguas portuguesa e inglesa. No entanto, ambos não situam o francês, língua de público frequente em Ouro Preto e no próprio Museu da Inconfidência.

Mário Chagas (1999, p. 154) considera que a tecnologia, no museu, “ocupa e dramatiza o espaço, operando como tempo passado, com a coleção visível e concreta de valores artísticos, históricos e científicos e que se projeta no invisível, na mente e nos corações das gerações futuras, quer lançar as raízes do passado amordaçado no futuro, quer servir ao poder instituído e para isso constrói uma determinada memória”. Já para Meneses (1994) a transferência do problema histórico para recursos audiovisuais, legendas, painéis, multimídia e dispositivos interativos talvez valesse serem aplicadas somente quando se esgotassem as possibilidades do parto outrora dito natural. Entretanto, hoje, é possível pensar em patrimônio sem placas? Tudo indica que não. A relação entre palavra e objeto se torna um campo de forças, já que a imagem continua carecendo do alfabeto em virtude das atividades comemorativas.

Apesar de este debate ser de difícil consenso, o fato é que outras “exigências” do tempo presente foram implantadas pelo Museu da Inconfidência. A partir de 2009, a Instituição oferece aos visitantes portadores de necessidades especiais um folheto em braille que informa sobre a exposição de longa duração. Atualmente, o MI também possui Loja e Café com produtos personalizados, tais como, lanternas recarregáveis, bolsas e camisetas, material de papelaria e jogos educativos.

Essa seção foi inaugurada em agosto de 2009 e permite ao visitante se atrelar a um produto turístico, reduzindo as distinções entre comércio, arte e história. Para o Museu da Inconfidência, trata-se de uma aproximação entre o indivíduo e a o objeto museal. Alguns materiais ilustrados com as salas

e os personagens do MI são vendidos na recepção e na Loja e Café. A sentença condenatória de Tiradentes é vendida em folheto no qual se insere uma foto do Panteão e dos autos que proclamaram a execução do inconfidente: “Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a este infame réu Joaquim José da Silva Xavier pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constituiu chefe e cabeça na capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a real soberania, e suprema autoridade da mesma Senhora que Deus Guarde”. Desse modo, o visitante leva consigo algo material do que sentiu durante a exposição. Resta-nos saber se o fetiche, por esse lado material, não ultrapassa as possibilidades de fruição durante a visitação.

Camargo (2002, p. 13) enfatiza que “dos monumentos se produzem relíquias ou lembranças, o que não está muito longe da comercialização dos souvenirs das lojas no entorno de grandes atrativos culturais.” Tratando-se dessa forma de reprodução da arte, Benjamin (1994,) conclui que a obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica já não é possível distinguir o manuscrito originário / original da(s) cópia(s). Com sua reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, pela primeira vez na história, de sua existência parasitária, destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida. Nesse contexto, inserimos as reproduções de arte do Museu da Inconfidência, relatadas aqui.

Ainda podemos situar que “mediante a propaganda moderna, a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente activa, através da qual se exerce o poder simbólico” (BACZKO, 1985, p. 314). Assim sendo, o material informativo do Museu da Inconfidência se tornou uma forma de comunicação que pode ser vista, além da própria reprodução da arte, como uma forma de manter o processo simbólico idealizado por Getúlio Vargas e pelos modernistas. Caso não houvesse esse tipo de reprodução da arte ou da própria história, certamente o seu público solicitaria tais ações que são também uma forma comunicativa de se relacionar com a sociedade e suas necessidades lúdicas.

Considerações finais

Pressupomos a ideia de que o museu era tido com algo inútil, mas com o tempo foi mostrando sua importância e valor, pois não podemos nos furtar à concepção que este também é um meio de comunicação. Através das técnicas museográficas, o receptor está diretamente ligado a elas, diante do objeto real, no qual podem observar e ler as informações adicionais, assim como os sistemas de luz, cor e comunicação dos objetos (KERRIOU, 1992).

Seguindo esta lógica, os temas e as salas da exposição permanente do Inconfidência também são apresentados em folhetos que são vendidos aos visitantes separadamente por R\$ 10,00 (dez reais). Em cada folheto é possível adquirir imagens do acervo, tais como, as Traves da Força, Relógio de bolso, Autógrafo de Tiradentes no material denominado Inconfidência – Acervo. As explicações destes se encontram em português, inglês e espanhol e ao se referirem à Sala do Panteão dos Inconfidentes, informam: “a claridade, que nesta sala se acentua pelos painéis remete ao Século das Luzes, ao período do Iluminismo. A coincidência com a data da sublevação, consumada na Europa em 1789, e a Inconfidência Mineira, sonho de libertação da Colônia portuguesa na América, aconteceu por acaso, mas não deixa de ser um referencial”. Dessa forma, o folheto comercializa o objeto da exposição do MI e se remete a um passado construído intencionalmente para se dirigir ao presente.

Verifica-se, desse modo, que a ideia de antiquário foi suprida pelo Museu e sua modernização parece indicar uma tendência contemporânea da Museologia e que se faz mais presente o diálogo com o Turismo, mesmo que inconsciente do campo científico que os rodeia. A composição do Museu, que primeiramente estreitou seus laços com a História, agora pode se questionar como realizar este trabalho de forma interdisciplinar com coerência e lógica.

Uma proposta de comercialização contemporânea do turismo e sua inserção na História é o Circuito de Museus de Ouro Preto, que busca integrar a visita em oito museus: Museu Aleijadinho, Museu de Arte Sacra de Ouro Preto, Museu Casa dos Contos, Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas / UFOP, Museu Casa Guignard, Museu do Oratório, Museu das Reduções e o Museu da Inconfidência. Estes formam o Sistema de Museus de Ouro Preto que promoveu a VII Semana de Museus, realizada em 2009, cujo tema foi “Museus e Turismo”. Nessa ocasião, foram apresentados os programas e roteiros turísticos dos museus da cidade para profissionais da área de turismo.

Meneses (1995) lembra que não é possível inserir o patrimônio cultural fora da sociedade de consumo. No entanto, ressalta que devemos insistir na produção do conhecimento no museu e não apenas em sua difusão. Fala-se, ainda, na necessidade de transformar o visitante do museu em agente, em sujeito. Tais propostas talvez não passem de retórica compensatória se o museu não for capaz de formar o espírito crítico, trabalho que pressupõe um investimento do museu e do público. Só assim pode este tornar-se sujeito, seja um turista ou um visitante da comunidade. A dificuldade dos historiadores em atingir públicos mais vastos deve-se à impossibilidade ou apenas à falta de interesse e formação? A pesquisa de cultura material não procura produzir uma história das fontes e de sua significação e sim uma história da sociedade na dimensão material.

Partindo desse estudo, propomos um debate em que a História seja um dos campos fundamentais para a formulação de dois campos que necessitam do trabalho interdisciplinar: o Turismo e a Museologia, em uma perspectiva dialógica entre turismo, patrimônio e comunidade local. “Em lugar de apontar para uma ‘imagem eterna do passado’ como o historicismo, ou dentro de uma teoria do progresso, para a de futuros que catam, o historiador deve constituir uma ‘experiência com o passado’ (BENJAMIN, 1994, p. 9). Desse modo, a Museologia e o Turismo, por também estarem relacionadas com o passado, também podem contribuir com as experiências que Walter Benjamin propõe ao ofício do historiador.

Dessa forma, a proposta teórico-metodológica utilizada, nesta pesquisa, passa a ser um instrumento para analisar o patrimônio cultural, partindo da ideia de que a construção teórica desses campos, quanto ao tema e às práticas estabelecidas em locais tidos como históricos, devem ser pensadas, respectivamente, de acordo com a intencionalidade de cada produção e os interesses diversos na utilização do patrimônio pela sociedade, inclusive pela atividade turística e seus sujeitos. O debate em torno da comunidade local e sua inserção no patrimônio cultural deve sempre ser analisado de acordo com a perspectiva histórica, a representação simbólica do patrimônio e as possibilidades da atividade turística nos anseios da sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Na inauguração do Museu da Inconfidência. In: CHAGAS, Mario (Org.). **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. Na inauguração do Museu da Inconfidência. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No. 31. 2005.
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, Volume 5, P. 296 -378.
- BANDUCCI Jr, Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus, 2001.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica. **Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. V. 1. (Obras escolhidas).
- BITTENCOURT, José Neves. Ouro Preto, Nossa Roma. Antiquários de tradições uma trajetória de preservação. Oficina do Inconfidência. **Revista de Trabalho**. Museu da Inconfidência, Ano 5, no. 4, Ouro Preto, Dez. 2007.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.
- CHAGAS, Mário de Souza. Linguagens, tecnologias e processos museológicos. Oficina do Inconfidência. **Revista de Trabalho**. Museu da Inconfidência, Ano 1, No. 0, dez. 1999.
- CIFELLI, Gabrielli. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto**. Dissertação de Mestrado em Geografia. UNICAMP: Campinas, 2005. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375809>>. Acesso em: 19/08/2009.
- COSTA, Janice Pereira da. **Ensinando a ser cidadão: Memória Nacional, História e Poder no Museu da Inconfidência (1938-1990)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **A pesquisa e a interdisciplinaridade no ensino superior**. Uma experiência no curso de turismo. São Paulo: Futura, 1998.
- DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1964.
- KERRIOU, Mirian Arroyo de. Museu, Patrimônio e cultura: reflexões sobre a experiência mexicana. In: Secretária Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.
- LOMBARDI, Giorgio. A cidade histórica como suporte da memória. IN: Secretária Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.
- MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. **Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920 – 1945**. Rio de Janeiro: Lucerna – FAPERJ, 2002.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais** do Museu Paulista. História e Cultura Material. São Paulo: Universidade de São Paulo, Jan. / Dez. 1994. Volume 2
- _____. Resposta aos comentários. **Anais** do Museu Paulista. História e Cultura Material. São Paulo: Universidade de São Paulo, Jan. / Dez., 1995. Volume

MOURÃO, Ruy. Ao sabor e os saberes de Paulo Freire. In: CHAGAS, Mario (Org.). *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. No. 31. 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Houry. *Projeto História*, n. 10, Dez, 1993. p. 7 – 28.

PELEGRINI, Sandra C. A. **A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade**. *História*, São Paulo, 27 (2), 2008.

SIMÃO, Maria Cristina. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Fontes Históricas

FERNANDES, Orlandino Seitas. *Museu da Inconfidência: guia do visitante*. Ouro Preto: Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1965.

Isto é Inconfidência. Boletins Informativos. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, No.1, No. 4, No. 11, No. 16, No. 18, No. 19, No. 20, No. 21, No. 22, No. 23, No. 24, No. 26. Arquivo da Secretaria.

Oficina do Inconfidência. *Revista de Trabalho*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, 2001, 2003, 2004, 2007. ISSN: 1517-6029. Biblioteca – Casa do Pilar.

O Museu da Inconfidência. São Paulo: Banco Safra, 1995. Apresentação de Rui Mourão.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Disponível em: <http://museudainconfidencia.wordpress.com/about/>. Acesso em: 20/04/2010.

VISITAÇÃO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA (1944 a 2009). Ouro Preto: Museu da Inconfidência. Arquivo Administrativo - Casa do Pilar. Setor de Difusão e Promoção Cultural.